

Vin Definitiva

DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA - DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.

Pelo presente instrumento particular, (a) DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A., concessionária de serviços públicos, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iaia, nº 126, inscrita no C.G.C. sob nº 62.464.904/0001-25 neste ato legalmente representada pelos abaixo-assinados, doravante designada simplesmente "EMISSORA"; (b) SLW CORRETORA DE VALORES E CAMBIO LTDA, com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Emílio de Menezes, nº 01, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes (MF) sob o nº 50.657.675/0001-86, nomeada nesta escritura e nela interveniente, de acordo com o disposto na Lei nº 6404/76, representando a comunhão dos interesses dos debenturistas perante a EMISSORA, doravante designado simplesmente "AGENTE FIDUCIÁRIO", vêm celebrar a presente Escritura de Emissão de 12.484 Debêntures Simples da EMISSORA, doravante designada simplesmente "ESCRITURA", mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

I.- DA AUTORIZAÇÃO

A presente ESCRITURA é celebrada com base na aprovação da emissão deliberada na Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 23 de setembro de 1994, cuja ata foi arquivada na JUCESP sob o nº 142.165/94 em 26.09.94, re-ratificada pela AGE de 27.10.94, arquivada na JUCESP sob o nº 164.208-0 em 01.11.94, cujas características da debênture foram deliberadas na 437ª RCA de 31.10.94.

II.- DOS REQUISITOS

A presente emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

1.- Registro na Comissão de Valores Mobiliários:

A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma das Leis nºs 6.385/76, 6.404/76, de acordo com a instrução CVM nº 202 de 06.12.93 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.- Arquivamento das Atas das Assembléias Gerais Extraordinárias:

As atas das Assembléias Gerais Extraordinárias, que aprovaram e re-ratificaram a deliberação a respeito da emissão das debêntures, foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 142.165/94-3 JUCESP, em sessão de 26.09.1994 e nº 164.208-0 JUCESP, em sessão de 01.11.94.

3.- Registro da Escritura de Emissão:

A ESCRITURA será registrada no 15º Cartório de Registro de imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, de acordo com o exigido pelo Capítulo V, Seção III, artigo 62, Inciso II, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

III.- DA EMISSÃO

A presente emissão de debêntures não conversíveis em ações da Emissora, observará as seguintes condições e características:



1.- Data de Emissão :

Para todos os efeitos legais, especialmente para o cálculo dos acréscimos financeiros e dos prazos de vencimento, a data-base da emissão das debêntures, doravante designada simplesmente "DATA DA EMISSÃO", será 01 de outubro de 1994.


2.- Volume total da emissão :

R\$ 127.648.900,00 (Cento e vinte e sete milhões, seiscentos e quarenta e oito mil e novecentos Reais) na data da emissão.

3.- Quantidade de Títulos e Valor Nominal Unitário:

Serão emitidas 12.484 (Doze mil quatrocentas e oitenta e quatro) debêntures com valor nominal unitário, na DATA DA EMISSÃO, de R\$ 10.225,00 (Dez mil duzentos e vinte e cinco reais).

4.- Séries :

A emissão será em uma ÚNICA SÉRIE. 

5.- Prazo e Data de Vencimento :

As debêntures terão PRAZO de 5 (CINCO) anos, vencendo-se portanto, em 01/10/99

6.- Forma e Tipo :

As debêntures serão escriturais nominativas, não conversíveis em ações da EMISSORA.

7.- Espécie e Garantia :

As debêntures serão da ESPÉCIE com Garantia SUBORDINADA, conforme Artigo 58 da Seção II, Capítulo V da Lei nº 6404 de 15 de dezembro de 1976.

8.- Direito de Preferência:

Não haverá direito de preferência para subscrição das debêntures pelos acionistas da EMISSORA.

9.- Forma de Pagamento :

O preço de subscrição das debêntures será pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

10.- Negociação :

A presente emissão de debêntures será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pelo Sistema da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

11.- Atualização Monetária :

11.1.- As debêntures terão seu valor nominal atualizado monetariamente, a cada mês, a partir da data da emissão, de acordo com a variação do Índice de Preço ao Consumidor/Real (IPC-r/IBGE) e o índice relativo ao mês da respectiva atualização monetária.



11.2.- A atualização monetária de quaisquer obrigações a serem liquidadas em datas intermediárias, ou seja, cuja liquidação não ocorra no primeiro dia útil de cada mês, será efetuada mediante a aplicação do índice de variação do IPCr referente ao mês imediatamente anterior ao da atualização monetária calculado exponencialmente *pro-rata temporis* a partir do primeiro dia útil do mês em que ocorrer a efetiva liquidação da obrigação. A atualização prevista neste item será efetuada sobre o valor que for apurado, em moeda nacional, após a atualização monetária da obrigação realizada de acordo com o disposto no item 11.1 supra.

11.3.- Na hipótese de extinção do IPCr ou se, pela superveniência de norma legal ou regulamentar, este não puder ser utilizado como índice de atualização monetária nas emissões de debêntures, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, passará a ser utilizado, em substituição, o IGP-M, Índice Geral de Preços do Mercado/Real -, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta deste, o Índice de Preços ao Consumidor - IPC, calculado pela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade São Paulo. Caso pela superveniência de norma legal ou regulamentar, nenhum dos índices acima mencionados possa ser utilizado, a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO definirão, de comum acordo e por escrito, qual será o novo índice aplicável à atualização monetária.

12.- Repactuação:

Caberá ao Conselho de Administração da emissora deliberar sobre novas condições de repactuação, seu prazo, Juros e Prêmios, inclusive o de permanência, se julgar necessário, bem como da época de seu(s) pagamento(s).

As deliberações do Conselho de Administração sobre as condições de repactuação serão publicadas pela Emissora na fórmula da cláusula 24 por dois dias consecutivos sendo a última publicação no 8º (oitavo) dia imediatamente anterior ao dia da referida repactuação.

Fica desde já definido que o primeiro período de rendimentos das debêntures iniciar-se-á na DATA DA SUBSCRIÇÃO das debêntures findando-se em 01.11.95.

13.- Remuneração :

13.1.- Juros Remuneratórios: as debêntures não farão jus a juros remuneratórios.

13.2.- Prêmio: as debêntures pagarão em 01.11.95, data da repactuação, a título de remuneração um prêmio que será constituído pelo Produtório das Taxas ANBID ou TR acrescidas dos respectivos Spreads, dos dois o maior, conforme fórmula abaixo definida:

$$P = VN1 \times FA \left[FN \times \left(1 + S \right)^{\frac{n}{360}} \right] - VN2, \text{ onde:}$$

P = prêmio, se positivo, a ser pago por debênture, expresso em Reais.

S = spread, na forma decimal, sendo definido em 4,5% a.a. para ANBID e 22% a.a. para a TR (base 360).

n = número de dias decorridos desde a data da subscrição até a data da última repactuação.

VN1 = valor nominal corrigido da debênture pela variação do IPCr desde a data da emissão até a data da subscrição.

VN2 = valor nominal corrigido da debênture pela variação do IPCr na data da repactuação.

FA = fator de ajuste do Valor nominal, a ser considerado na data de pagamento do prêmio, caso o IPCr não seja divulgado na data da subscrição, onde:



$$FA = [(1 + IPC_{rest}) / (1 + IPC_{oficial})^{n/N}]$$

IPCr est = Variação do IPCr, na forma decimal, ocorrida no mês anterior à data da subscrição, caso não seja publicado.

IPCr oficial = Variação do IPCr, na forma decimal, ocorrida no mês da subscrição.

n = Número de dias decorridos desde o primeiro dia do mês até a data da subscrição.

N = Número de dias do mês da subscrição.

FN = é o produtório das taxas ANBID ou da TR, a ser utilizado, no enésimo período de incidência de taxa de juros, ou seja, desde a DATA DA SUBSCRIÇÃO até a DATA DA REPACTUAÇÃO, conforme abaixo definido:

$$FN1 = [(1 + TAN1/100) \times (1 + TAN2/100) \times \dots \times (1 + TANn/100)], \text{ ONDE :}$$

TAN = Taxa de Juros pós-fixada ou pré-fixada expressa em porcentagem para 360 (trezentos e sessenta) dias, referente ao enésimo "período de incidência de taxa de juros", utilizada para remunerar DEPÓSITO A PRAZO, praticado no mercado financeiro.

Essa taxa será obtida pela média aritmética das taxas praticadas em 3(três) dias, ou seja, no primeiro dia útil de cada período de incidência de taxa de juros ; no primeiro dia útil imediatamente anterior e no primeiro dia útil imediatamente posterior ao período de incidência de taxa de juros, as quais serão informadas pela Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento - ANBID , devendo a taxa ser obtida pelo Agente Fiduciário junto àquela associação. Se ao menos 1(uma) das referidas taxas for divulgada durante este período, esta será suficiente para expressar aquela que vigorará no referido período.

Na falta de divulgação, pela ANBID das taxas dos (03) três dias acima citados, será utilizada a média aritmética das taxas de captação dos CERTIFICADOS DE DEPÓSITOS A PRAZO pós-fixada ou pré-fixada para lotes de valor equivalente a R\$ 20.000,00 (Vinte mil Reais) corrigidos pela TR (taxa referencial) a partir da data da emissão das debêntures, obtidas conforme amostragem acima, pelo Agente Fiduciário, junto as seguintes instituições a serem escolhidas, BANESPA, CITIBANK, ITAÚ, BRADESCO.

Se durante o período dos 03 (três) dias supra citados houver mudança no tipo de taxa mais negociada dos CERTIFICADOS DE DEPÓSITO A PRAZO, isto é, pré ou pós-fixada, adotar-se-á dentre as 03 (três) taxas, 02 (duas) taxas pré ou pós-fixadas.

Caso sejam divulgadas apenas 02 (duas) taxas, sendo uma pré e outra pós-fixada, adotar-se-á a taxa do primeiro dia do "período de incidência", em segunda opção, a taxa do dia útil imediatamente anterior ao dia de início do "período de incidência".

Se em qualquer período a taxa de rendimento do depósito padrão for pós-fixada, do rendimento devido neste período será acrescida a variação do indexador que vier a compor a Taxa ANBID.

Aplicar-se-á a Taxa ANBID pro-rata-temporis nos casos onde o seu prazo de remuneração não coincida com a data do pagamento do Prêmio ou vencimento do período.

Entende-se por "período de incidência de Taxa de juros" o prazo em que a taxa ANBID remunera, sendo que, para contagem do prazo de cada "período" utilizar-se-á sempre o prazo definido pela taxa ANBID, referente ao dia do início de cada "período de incidência de taxa de juros", caso seja uma das taxas utilizadas para apuração da "TAN", sendo que, caso não seja utilizada, utilizar-se-á o prazo contido na taxa imediatamente anterior à data de início do "período de incidência de taxa de juros", caso seja uma das taxas utilizadas para apuração da TAN e em última hipótese, o prazo contido na taxa imediatamente posterior à data de início do "período de incidência de taxa de juros".

FN2 = Variação da TR desde a data da subscrição até a data do pagamento do PRÊMIO:
Adotar-se-á a TR *pro-rata-temporis*, nos casos onde seu prazo de remuneração não coincida com a data do pagamento de prêmio.

14.- Preço de Subscrição

14.1.- O preço de subscrição será, no mínimo, o valor nominal unitário, atualizado monetariamente, calculado exponencialmente *pro-rata temporis* (base 360 dias) desde a DATA DE EMISSÃO, 01/10/94, até a data da subscrição e integralização, tendo como base de cálculo, o Spread da TR, desde já definido em 22% ao ano e será obtido de acordo com a seguinte fórmula :

$$PS = [(1.22^{\frac{n}{360}}) / (1 + Pr^{\frac{n}{360}})] \times VNC$$

PS : Preço de Subscrição

Pr : Spread do Prêmio pela TR, a ser considerado para efeito de apuração do Preço de Subscrição, conforme Anúncio de Início de Distribuição a ser publicado.

n : número de dias a decorridos entre a data da subscrição e a da Repactuação;

VNC: Valor nominal atualizado monetariamente desde a data de emissão até a data da subscrição.

As debêntures não subscritas no leilão serão colocadas através do mercado de balcão, pelo preço base de subscrição apurado no leilão, acrescido do prêmio pela TR + 22% ao ano, incidente a partir da data de início de subscrição.

14.2.- Caso a subscrição e integralização ocorram em data diferente do primeiro dia útil de um mês, para atualização do valor nominal das debêntures, entre o dia primeiro do mês e a data da efetiva integralização, utilizar-se-á a variação do IPCr, calculada exponencialmente *pro-rata temporis* para o período de dias em questão e caso não haja sua publicação, utilizar-se-á o IPCr do mês imediatamente anterior.

15.- Procedimento da Distribuição :

Para a colocação pública das debêntures será adotado o procedimento diferenciado, conforme previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13 de 30/09/80. As debêntures desta emissão serão distribuídas através de leilão especial a ser realizado na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

As debêntures não subscritas no leilão serão ofertadas através do mercado de balcão.

16.- Resgate Antecipado Facultativo e Prêmio de Reembolso :

As debêntures objeto desta emissão poderão ser resgatadas antecipadamente, sempre na sua totalidade, mediante pagamento em moeda corrente nacional. O resgate antecipado facultativo somente poderá ser efetuado mediante pagamento de prêmio de reembolso de 1% (Um por cento) do valor total da emissão atualizado monetariamente, acrescido dos rendimentos, *pro-rata temporis*, até a data do resgate. Para tanto a EMISSORA deverá comunicar o resgate aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, mediante publicação de aviso no jornal "Gazeta Mercantil" - Edição Nacional. O resgate antecipado se dará necessariamente no primeiro dia útil do mês. Na ocasião do resgate serão pagos rendimentos acumulados desde o último pagamento.

17.- Aquisição Facultativa :

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debênture em circulação no mercado, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado monetariamente, acrescido dos rendimentos, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As debêntures adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou alienadas em mercado.



18.- Resgate Obrigatório (Opção de Venda dos Debenturistas)

A EMISSORA se obriga a resgatar a totalidade das debêntures em circulação, relativas à presente emissão, à opção dos debenturistas que não aceitarem as condições de quaisquer repactuações, pelo seu valor nominal atualizado monetariamente, acrescido de juros e prêmio (se houver).

19.- Local de pagamento :

Os pagamentos referentes ao valor nominal das debêntures, atualização monetária, juros, prêmio de reembolso, prêmio de permanência (se houver) a que fazem jus as debêntures escriturais objeto desta ESCRITURA, serão efetuados pela EMISSORA, através do Sistema da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, ou na sede da Emissora ou Instituição Depositária de Custódia, na hipótese de o debenturista não estar vinculado ao Sistema.

20.- Prorrogação de prazos :

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com o dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

21.- Multa e Juros de Mora :

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela EMISSORA no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, ficarão sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, além da atualização monetária, juros remuneratórios e prêmio conforme itens 11 e 12 supra, calculados exponencialmente pro-rata temporis desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

22.- Decadência dos Direitos aos Acréscimos :

Sem prejuízo do disposto no item 19 supra, o não comparecimento do debenturista para receber o valor colocado à disposição pela EMISSORA, correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta ESCRITURA, não lhe dará o direito ao recebimento de juros, prêmios e atualização monetária no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

23.- Vencimento Antecipado :

23.1.- O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela EMISSORA, do valor nominal das debêntures em circulação atualizado monetariamente, acrescido dos rendimentos, calculados pro-rata temporis por dias decorridos do último pagamento, mediante carta protocolada dirigida à EMISSORA com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência dos seguintes eventos :

(a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA, cujo valor global ultrapasse o equivalente, em moeda corrente nacional, a US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares norte-americanos) calculados pela média entre as taxas de venda e compra da moeda norte-americana pelo câmbio comercial, informadas pelo Banco Central do Brasil através do sistema SISBACEN, às 13:00 horas do dia em questão, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, ou se for cancelado no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas da sua ocorrência;

(b) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA, se cabível.

(c) falta de cumprimento, pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista nesta ESCRITURA, não sanada em 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

(d) decisão judicial determinando o vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da EMISSORA de valor superior ao equivalente, em moeda corrente nacional, a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares norte-americanos) calculados pela média entre as taxas de venda e compra da moeda norte-americana pelo câmbio comercial, informadas pelo Banco Central do Brasil através do sistema SISBACEN, às 13:00 horas do dia em questão; e/ou

(e) futura (s) emissão (ões) de quaisquer valores mobiliários, pela EMISSORA, que possa prejudicar, a critério do AGENTE FIDUCIÁRIO, a PERMUTABILIDADE prevista no item 26 abaixo.

23.2.- A EMISSORA solicitará ao AGENTE FIDUCIÁRIO a convocação, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da realização da (s) emissão (ões) nos termos descritos no item 23.1. (e) supra, de Assembléia dos Debenturistas para deliberar a respeito da operação pretendida.

23.3.- A Assembléia dos Debenturistas, convocada e realizada nos termos do disposto no Capítulo VII desta ESCRITURA, reunir-se-á para deliberar, pelo voto da maioria das debêntures em circulação, a aprovação, ou não, de emissão (ões) de valores mobiliários que possa (m) prejudicar a permutabilidade, conforme disposto no item 23.1. (e) supra.

24.- Publicidade :

Todos os atos e decisões relevantes definidos pela CVM e decorrentes desta emissão que, de qualquer forma vierem a envolver, direta ou indiretamente, interesse dos debenturistas, deverão ser publicados na forma de "aviso aos debenturistas" no jornal "Gazeta Mercantil" - Edição Nacional".

25.- Vencimento Final :

Por ocasião do vencimento final da Emissão, a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das debêntures pelo seu valor nominal atualizado monetariamente e acrescido dos rendimentos.

26.- PERMUTABILIDADE:

Cada debênture poderá ser permutada por ações ordinárias, do capital social da Companhia Energética de São Paulo - C E S P, a partir de 01.07.95, à opção dos debenturistas, nas seguintes quantidades e condições:

26.1.- No primeiro período de repactuação, cada Debênture poderá ser permutada por 6.000 ações ordinárias. Nos períodos de repactuação seguintes, a quantidade de ações ordinárias passível de ser permutada por debênture, será fixada pelo Conselho de Administração da Emissora.

26.2.- As quantidades estipuladas no item anterior, serão ajustadas sempre que houver aumento de capital por bonificação, desdobramento ou grupamento de ações e na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

26.3.- Caução - Para assegurar a permuta das debêntures, a EMISSORA oferece e constitui, mediante Instrumento de Penhor, que será devidamente averbado nos livros da Instituição Financeira que presta serviços aos acionistas da CESP, a favor dos debenturistas desta emissão, garantia consubstanciada em caução de 74.904.000 ações ordinárias escriturais de sua propriedade, de emissão da CESP, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, sem direito à subscrição autorizada em reunião do Conselho de Administração da CESP, em 22.09.94, e nos termos do artigo 39, parágrafos 1º e 2º e artigo 40, inciso III, parágrafo único da Lei 6404/76.

A EMISSORA, tendo a propriedade, livre e desembaraçada de quaisquer ônus, de 74.904.000 (Setenta e quatro milhões novecentos e quatro mil) ações ordinárias, de emissão da Companhia Energética de São Paulo - CESP, caucionou essas ações aos debenturistas nos termos do artigo 39, I, da Lei 6.404/76.



26.3.1.- A presente caução subordina-se, ainda, às seguintes condições:

- A caução das ações descritas integra a escritura de emissão das debêntures fazendo com que esta produza seus efeitos de direito.
- Farão parte da presente garantia pignoratícia todos os desdobramentos e bonificações às ações caucionadas.
- Será permitido à EMISSORA, outrossim, efetuar todas as subscrições por aumento de capital da sociedade emissora das ações caucionadas, ficando, entretanto, obrigada a comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO sua eventual renúncia à preferência na subscrição das ações.

26.3.2.- Desde já fica avençado que a permuta da debênture por ações ordinárias, de emissão da Companhia Energética de São Paulo - CESP, implicará, automaticamente, no cancelamento da respectiva debênture e na perda do direito à percepção dos rendimentos incorridos desde a data da subscrição ou da data do último vencimento dos rendimentos (quando já houver ocorrido algum vencimento de juros e/ou prêmio) até à data em que for solicitada a mencionada permuta.

26.4.- A EMISSORA está autorizada a liberar da caução ora efetuada, a partir de 01.11.95, as quantidades de ações ordinárias de emissão da C E S P, porventura ainda não permutadas, excedentes ao número máximo de ações que poderá ser objeto de permuta pelas debêntures, conforme item 26.1 desta cláusula.

IV.- OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

1.- São também obrigações da EMISSORA, fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- (a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;
- (b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao exercício encerrado;
- (c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202 de 06.12.93.
- (d) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que lhe venha a ser solicitada.

2.- A EMISSORA obriga-se ainda a:

- (a) proceder à adequada publicidade dos dados econômicos-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (b) complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior, com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações financeiras legalmente exigíveis;
- (c) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (d) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA por mais de 30 (trinta) dias;
- (e) não pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 202, de Lei nº 6.404/76, nem qualquer outras participações nos lucros estatutariamente previstas, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal atualizado monetariamente, juros e/ou prêmio, relativos às debêntures objeto desta ESCRITURA, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora;

(f) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202 de 06.12.93;

(g) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada na CVM;

(h) manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço;

(i) envidar todos os esforços junto ao AGENTE FIDUCIÁRIO, CETIP, agente depositário das debêntures escriturais e/ou quaisquer outros, de forma a assegurar o perfeito funcionamento do disposto no item 26 da Cláusula III, deste instrumento.

V.- DO AGENTE FIDUCIÁRIO

1.- A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto da presente ESCRITURA, SLW Corretora de Valores Ltda, qualificado neste instrumento, o qual, neste ato, e na melhor forma de direito, de acordo com a INSTRUÇÃO CVM Nº 28 de 23.11.83, aceita a nomeação para, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 66, da lei nº 6404/76 e da presente ESCRITURA, representar a comunhão dos debenturistas perante a EMISSORA.

1.1.- O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

a) sob as penas de Lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do Artigo 66, da Lei nº 6404/76, para exercer a função que lhe é conferida;

b) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura;

c) aceitar integralmente esta Escritura, todas suas cláusulas e condições; e

d) não ter ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer plenamente suas funções.

1.2.- O AGENTE FIDUCIÁRIO exercerá suas funções a partir da data da assinatura da presente ESCRITURA ou de eventual aditamento relativo à sua alteração, devendo permanecer no exercício de suas funções até o final do período de contratação ou sua efetiva substituição.

1.3.- Serão devidos pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem para o período compreendido entre a data de sua assinatura na presente ESCRITURA e 01.11.95, nos termos da Lei 6.404/76 e desta Escritura, a seguinte remuneração:

1.3.1.- R\$ 11.000,00 (onze mil reais) a serem pagos em 02 (duas) parcelas, sendo a 1ª (primeira) de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) na data da assinatura desta Escritura e a 2ª (segunda) parcela de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), após a entrega do Relatório ao Agente Fiduciário.

1.3.2.- Para o período posterior a 01.11.95, a remuneração acima será objeto de repactuação entre o AGENTE FIDUCIÁRIO e a EMISSORA.

1.3.3. - Na hipótese da presente emissão não ocorrer, por quaisquer motivos, a remuneração prevista nesta cláusula não será devida pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO.

2.- Substituição

2.1.- Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.



2.2.- Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

2.3.- É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

2.4.- A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

2.5.- A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento desta ESCRITURA, devendo ser averbado no Registro de Imóveis competente.

2.6.- O AGENTE FIDUCIÁRIO iniciará o exercício de suas funções a partir da data da lavratura desta ESCRITURA ou do eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor.

2.7.- Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos baixados pela CVM.

3.- Deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO :

3.1.- Constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO, nos termos dos Artigos 12 a 19 da Instrução CVM Nº 28 de 23 de novembro de 1.983, além de outros previstos em lei.

(a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;

(d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na presente ESCRITURA, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro da presente ESCRITURA e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

(f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas das modificações nas condições das debêntures;

(h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, e órgãos da Fazenda Pública, onde se localiza a sede da EMISSORA;

(i) solicitar de forma fundamentada, quando considerar necessário auditoria extraordinária na EMISSORA;

(j) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações e respeita outras regras relacionadas à publicação constantes desta ESCRITURA;

(k) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(l) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º. letra "b", da lei nº 6.404/76, do qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações :

(l.1.) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

(l.2.) alterações estatutárias da EMISSORA ocorridas no período;

(l.3.) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da EMISSORA;

(l.4.) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;

(l.5.) resgate e pagamento de juros e/ou prêmios das debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA;

(l.6.) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

(l.7.) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta ESCRITURA;

(l.8.) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;

(m) colocar o relatório de que trata a letra (l) acima, à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

(m.1) na sede da EMISSORA;

(m.2) no escritório ou, quando Instituição Financeira, no local por ela indicado;

(m.3) na CVM;

(m.4) nas instituições que liderarem a colocação das debêntures;

(m.5) nas bolsas de valores, quando for o caso;

(n) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deve efetuar suas publicações, respeitadas as outras regras relacionadas à publicação constantes desta ESCRITURA, e às expensas da EMISSORA, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a disposição nos locais indicados na letra "m";

(o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta ESCRITURA, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(p) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas nesta ESCRITURA, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM.



4.- Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO

4.1.- O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, podendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

(a) declarar, observadas as condições desta emissão, antecipadamente vencidas as debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;

(b) executar a garantia outorgada, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos debenturistas;

(c) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos; e

(d) representar os debenturistas em processos de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

(e) As despesas e custas de ações judiciais e de Sucumbência, do item 4.1., serão providas pelos debenturistas e ressarcidas pela EMISSORA.

4.2.- O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na letra "a", do item 4.1. acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente emissão.

4.3.- O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas letras "a" a "d", do item 4.1. acima se, convocada a assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na letra "d" do item 4.1., acima.

5.- Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO

5.1.- A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que este tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

5.2.- O ressarcimento a que se refere o item 5.1. acima, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos portadores dos títulos.

5.3.- As despesas a que se refere este item 5 compreenderão, inclusive, as seguintes :

(a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta ESCRITURA, e outras que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(b) extração de certidões;

(c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;

(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

5.4.- O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO, por despesas que tenha para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma deste item 4, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

VI.- RENÚNCIA

Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédio ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

VII.- ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

1.- Os titulares das debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia especial a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

2.- A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pela EMISSORA, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.

3.- Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

4.- A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela CVM.

5.- Na hipótese da assembléia não ter sido convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, este deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

6.- Nas deliberações da assembléia cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

7.- Quaisquer modificações nas condições da debêntures objeto desta ESCRITURA, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação. Para efeito da constituição do quórum a que se refere este item, serão excluídas do número de debêntures, as pertencentes à EMISSORA.

VIII.- DESPESAS

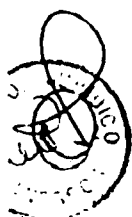
Correrão por conta da EMISSORA todos os custos com o registro dos atos necessários para a colocação da presente emissão, tais como a ESCRITURA e a ata da assembléia geral extraordinária, bem como os custos com a publicação do extraído desta última na forma da lei.

IX.- PUBLICAÇÕES LEGAIS

Sem prejuízo da obrigação assumida pela EMISSORA no item 24 supra - Publicidade, cláusula III DA EMISSÃO, todas as publicações legalmente exigidas da EMISSORA são e deverão continuar a ser feitas no jornal "Diário Oficial do Estado de São Paulo".

X.- DIVISÃO

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venham a ser julgadas ilegais, inválidas ou ineficazes, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.



Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ESCRITURA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, 22 de novembro de 1994.

18 NOV 1994

DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.

Director Finance

SLW - CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA

Testemunhas:

1.-

Name: ANTONIO/CELOS BUENO JUNIOR
R.G.: 18915688-0

2.-

Nome: JOSÉ GALDO COCHARELLO
R.G.: 12412325-5

282 Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais
JARDIM PAULISTA-Comarca de Capital do Estado de São Paulo
FONE: 620.8424
CARLOS MINHOLO, de Círculo de PEDRO SUMIO
conheço, por casamento, NAY, GABRIELE, as quais
ALVARO de casamento em Cartório.
MIZUNOTO, com o padre de casamento em Cartório.
conferem com o padre de casamento em Cartório.
São Paulo, 18 de Outubro de 1994.
de verdade.

Firma 0, 02, 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52, 54, 56, 58, 60, 62, 64, 66, 68, 70, 72, 74, 76, 78, 80, 82, 84, 86, 88, 90, 92, 94, 96, 98, 100, 102, 104, 106, 108, 110, 112, 114, 116, 118, 120, 122, 124, 126, 128, 130, 132, 134, 136, 138, 140, 142, 144, 146, 148, 150, 152, 154, 156, 158, 160, 162, 164, 166, 168, 170, 172, 174, 176, 178, 180, 182, 184, 186, 188, 190, 192, 194, 196, 198, 200, 202, 204, 206, 208, 210, 212, 214, 216, 218, 220, 222, 224, 226, 228, 230, 232, 234, 236, 238, 240, 242, 244, 246, 248, 250, 252, 254, 256, 258, 260, 262, 264, 266, 268, 270, 272, 274, 276, 278, 280, 282, 284, 286, 288, 290, 292, 294, 296, 298, 300, 302, 304, 306, 308, 310, 312, 314, 316, 318, 320, 322, 324, 326, 328, 330, 332, 334, 336, 338, 340, 342, 344, 346, 348, 350, 352, 354, 356, 358, 360, 362, 364, 366, 368, 370, 372, 374, 376, 378, 380, 382, 384, 386, 388, 390, 392, 394, 396, 398, 400, 402, 404, 406, 408, 410, 412, 414, 416, 418, 420, 422, 424, 426, 428, 430, 432, 434, 436, 438, 440, 442, 444, 446, 448, 450, 452, 454, 456, 458, 460, 462, 464, 466, 468, 470, 472, 474, 476, 478, 480, 482, 484, 486, 488, 490, 492, 494, 496, 498, 500, 502, 504, 506, 508, 510, 512, 514, 516, 518, 520, 522, 524, 526, 528, 530, 532, 534, 536, 538, 540, 542, 544, 546, 548, 550, 552, 554, 556, 558, 560, 562, 564, 566, 568, 570, 572, 574, 576, 578, 580, 582, 584, 586, 588, 590, 592, 594, 596, 598, 600, 602, 604, 606, 608, 610, 612, 614, 616, 618, 620, 622, 624, 626, 628, 630, 632, 634, 636, 638, 640, 642, 644, 646, 648, 650, 652, 654, 656, 658, 660, 662, 664, 666, 668, 670, 672, 674, 676, 678, 680, 682, 684, 686, 688, 690, 692, 694, 696, 698, 700, 702, 704, 706, 708, 710, 712, 714, 716, 718, 720, 722, 724, 726, 728, 730, 732, 734, 736, 738, 740, 742, 744, 746, 748, 750, 752, 754, 756, 758, 760, 762, 764, 766, 768, 770, 772, 774, 776, 778, 780, 782, 784, 786, 788, 790, 792, 794, 796, 798, 800, 802, 804, 806, 808, 810, 812, 814, 816, 818, 820, 822, 824, 826, 828, 830, 832, 834, 836, 838, 840, 842, 844, 846, 848, 850, 852, 854, 856, 858, 860, 862, 864, 866, 868, 870, 872, 874, 876, 878, 880, 882, 884, 886, 888, 890, 892, 894, 896, 898, 900, 902, 904, 906, 908, 910, 912, 914, 916, 918, 920, 922, 924, 926, 928, 930, 932, 934, 936, 938, 940, 942, 944, 946, 948, 950, 952, 954, 956, 958, 960, 962, 964, 966, 968, 970, 972, 974, 976, 978, 980, 982, 984, 986, 988, 990, 992, 994, 996, 998, 1000, 1002, 1004, 1006, 1008, 1010, 1012, 1014, 1016, 1018, 1020, 1022, 1024, 1026, 1028, 1030, 1032, 1034, 1036, 1038, 1040, 1042, 1044, 1046, 1048, 1050, 1052, 1054, 1056, 1058, 1060, 1062, 1064, 1066, 1068, 1070, 1072, 1074, 1076, 1078, 1080, 1082, 1084, 1086, 1088, 1090, 1092, 1094, 1096, 1098, 1100, 1102, 1104, 1106, 1108, 1110, 1112, 1114, 1116, 1118, 1120, 1122, 1124, 1126, 1128, 1130, 1132, 1134, 1136, 1138, 1140, 1142, 1144, 1146, 1148, 1150, 1152, 1154, 1156, 1158, 1160, 1162, 1164, 1166, 1168, 1170, 1172, 1174, 1176, 1178, 1180, 1182, 1184, 1186, 1188, 1190, 1192, 1194, 1196, 1198, 1200, 1202, 1204, 1206, 1208, 1210, 1212, 1214, 1216, 1218, 1220, 1222, 1224, 1226, 1228, 1230, 1232, 1234, 1236, 1238, 1240, 1242, 1244, 1246, 1248, 1250, 1252, 1254, 1256, 1258, 1260, 1262, 1264, 1266, 1268, 1270, 1272, 1274, 1276, 1278, 1280, 1282, 1284, 1286, 1288, 1290, 1292, 1294, 1296, 1298, 1300, 1302, 1304, 1306, 1308, 1310, 1312, 1314, 1316, 1318, 1320, 1322, 1324, 1326, 1328, 1330, 1332, 1334, 1336, 1338, 1340, 1342, 1344, 1346, 1348, 1350, 1352, 1354, 1356, 1358, 1360, 1362, 1364, 1366, 1368, 1370, 1372, 1374, 1376, 1378, 1380, 1382, 1384, 1386, 1388, 1390, 1392, 1394, 1396, 1398, 1400, 1402, 1404, 1406, 1408, 1410, 1412, 1414, 1416, 1418, 1420, 1422, 1424, 1426, 1428, 1430, 1432, 1434, 1436, 1438, 1440, 1442, 1444, 1446, 1448, 1450, 1452, 1454, 1456, 1458, 1460, 1462, 1464, 1466, 1468, 1470, 1472, 1474, 1476, 1478, 1480, 1482, 1484, 1486, 1488, 1490, 1492, 1494, 149

BERGO NATAL DE BARRO
Oficial Mayor

114 Cartório - Subdistrito de Santa Cecilia - Rua Conselheiro Brotero, 879 - SP - Fones: 87-2642
Reconheço a assinatura por semelhante, a de ALBERTO RA-
MOS LEVY e PEDRO GILIO NEILL, em quatro conferen-
ças depositadas em 22 de novembro de 1964.
Em testemunho do verdadeiro
O. 92121 Total

115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909

ESTA PÁGINA FAZ PARTE INTEGRANTE DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA P.
DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.

14

escritur. des